

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES VALLE

**A influência da Intervenção Federal no adestramento
das tropas da Brigada de Infantaria Pára-quedista**



Rio de Janeiro
2019

Maj Inf FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES **VALLE**

A influência da Intervenção Federal no adestramento das tropas da Brigada de Infantaria Pára-quedista.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Maj Inf Guilherme Marques Almeida

Rio de Janeiro
2019

V181i Valle, Flávio Henrique Magalhães.

A influência da Intervenção Federal no adestramento da Brigada de Infantaria Pára-quedista. / **Flávio Henrique Magalhães Valle**. —2019.
45: il. ; 30 cm

Orientação: Guilherme Marques Almeida.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Ciências Militares) —
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
Biblioteca: f. 44-45

1. INTERVENÇÃO FEDERAL. 2. BRIGADA DE INFANTARIA PÁRA-
QUEDISTA 3. FORÇA DE EMPREGO ESTRATÉGICO 4. ADESTRAMENTO
5. EMPREGO I. Título.

CDD 341.1233

Maj Inf FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES **VALLE**

A influência da Intervenção Federal no adestramento das tropas da Brigada de Infantaria Pára-quedista.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

Guilherme Marques Almeida - Maj Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Alisson Alencar David – Maj Inf - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Anderson Luiz Alves Figueiredo- Maj Eng - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À Deus por ter me dado saúde e humildade para executar esta tarefa, a minha querida esposa Cecília e meus amados filhos Gabriel e Valentina, pelo apoio e compreensão durante a execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Maj Inf Marques Almeida, meus sinceros agradecimentos pela dedicação e paciência durante a elaboração deste trabalho. Agradeço a orientação firme e objetiva, bem como pelas sugestões que facilitaram a conclusão deste trabalho.

A Deus, familiares e a todos meus amigos que me ajudaram nesta tarefa.

A influência da Intervenção Federal no adestramento das tropas da Brigada de Infantaria Pára-quedista.

Flávio Henrique Magalhães Valle¹

Guilherme Marques Almeida²

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo apresentar uma análise do comprometimento do adestramento da Brigada de Infantaria Pára-quedista em decorrência das diversas atividades a ela imposta pela Intervenção Federal. Além disto, procurou destacar a necessidades da preservação de tempo destinado ao treinamento inerentes a uma integrante da Força Emprego Estratégico do Exército Brasileiro. Permitindo assim, a Brigada de Infantaria Pára-quedista manter seu ciclo de adestramento previsto para emprego específico, voltados a natureza de tal força. Por meio de análise de relatórios e da própria vivência pessoal do autor do presente trabalho, o qual encontrava-se servindo como chefe da seção de operações do 25º Batalhão de Infantaria Pára-quedista no período da Intervenção Federal, pôde-se chegar a resultados hora apresentados. Por fim, o trabalho buscou levantar os óbices gerados a Brigada de Infantaria Pára-quedista no tocante ao preparo de sua missão precípua, em detrimento de ações voltadas a Intervenção Federal.

Palavras-chave: Intervenção Federal, Brigada de Infantaria Pára-quedista, Força de Emprego Estratégico, Adestramento, Emprego.

¹ Major de Infantaria Flávio Henrique Magalhães Valle, Bacharel em Ciências Militares. Aluno da Escola de Comando e Estado Maior do Exército/ECEME-RJ. E-Mail: fhmvalle15@gmail.com

² Orientador. Major de Infantaria, Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército/ECEME-RJ. E-mail: marquesalmeida@eb.mil.br

ABSTRACT

This work aimed to present an analysis of the commitment of the training of the Parachute Infantry Brigade as a result of the various activities imposed by the Federal Intervention. In addition, it sought to emphasize the time-preservation needs for training inherent in a force that is part of the Strategic Employment Force of the Brazilian Army. Thus allowing the Parachute Infantry Brigade to maintain its training cycle foreseen for specific employment, focused on the nature of such force. Through the analysis of reports and the personal experience of the author of the present work, who was serving as head of the operations section of the 25th Parachute Infantry Battalion in the period of Federal Intervention, it was possible to arrive at the results hour presented. Finally, the work sought to raise the obstacles generated by the Parachute Infantry Brigade in relation to the preparation of its primary mission, to the detriment of actions directed at Federal Intervention.

Keywords: Federal Intervention, Parachute Infantry Brigade, Strategic Employment Force, Dressage, Employment.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACISO	Ação Civico-Social
ADA	Amigo dos Amigos
Ass Adm Fin	Assessoria de Administração Financeira
Ass Com Soc	Assessoria de Comunicação Social
Ass Jurd	Assessoria Jurídica
Ass Intlg	Assessoria de Inteligência
Ass Log	Assessoria de Logística
Ass Pess	Assessoria de Pessoal
Ass Plnj	Assessoria de Planejamento
Ass Rel Inst	Assessoria de Relações Institucionais
Ass Op	Assessoria de Operações
AD/1	Artilharia Divisionária da 1ª DE
Bda Inf Pqdt	Brigada de Infantaria Pára-quedista
BI Mtz	Batalhão de Infantaria Motorizado
Btl	Batalhão
CAEM	Curso de Altos Estudos Militares
CA-Leste	Centro de Adestramento do Leste
CBERJ	Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro
CCj	Comando Conjunto
CCOmGEx	Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica
CCTI	Centro de Coordenação Tático Integrada
CDCiber	Centro de Defesa Cibernética
Cel	Coronel
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CML	Comando Militar do Leste
Cmt Cj	Comandante Conjunto
CPEAEx	Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército
C Mil A	Comando Militar de Área
Cmdo	Comando
DCEM	Diretoria de Controle de Efetivo e Movimentações
DE	Divisão de Exército

EB	Exército Brasileiro
EM Cj	Estado-Maior Conjunto
EB	Exército Brasileiro
FAB	Força Aérea Brasileira
FNSP	Força Nacional de Segurança Pública
FT	Força Tarefa
G Cmdo	Grande Comando
GIF	Gabinete de Intervenção Federal
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GM	Guarda Municipal
Gpt Op Fuz Nav	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
GSD GL	Grupo de Segurança e Defesa do Galeão
GSII/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GU	Grande Unidade
GUES/9ª Bda Inf	Grupamento de Unidades-Escola/9ª Brigada de Infantaria Motorizada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Intervenção Federal
Inf	Infantaria
Mtz	Motorizado
Maj	Major
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Justiça
MESP	Ministério Extraordinário da Segurança Pública
MPM	Ministério Público Militar
Mtz	Motorizado
OCCA	Operações de Cooperação e Coordenação com Agências
Of	Oficial
O Lig	Oficial de Ligação
O Lig Av	Oficial de Ligação de Aviação
O Lig GE	Oficial de Ligação de Guerra Eletrônica
O Lig Op Psc	Oficial de Ligação de Operações Psicológicas
O Lig 2º CTA	Oficial de Ligação do 2º Centro de Telemática de Área
OM	Organização Militar

OMDS	Organização Militar Diretamente Subordinadas
Op Urb	Operações Urbanas
ORCRIM	Organizações Criminosas
OSP	Órgãos de Segurança Pública
PCERJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
Pel	Pelotão
PF	Polícia Federal
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Pqdt	Pára-quedista
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RJ	Rio de Janeiro
RM	Região Militar
S Ch Gab	SubChefe de Gabinete
SEAP	Secretária de Administração Penitenciária
SEDEC	Secretária de Defesa Civil
SESEG	Secretária de Segurança
Sgt	Sargento
SU	Subunidade
Sup	Suprimento
TC	Terceiro Comando
TCP	Terceiro Comando Puro
TTP	Técnica, Tática e Procedimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
1º BG	1º Batalhão de Guardas
1º BPE	1º Batalhão de Polícia do Exército
1º B E Cmb(Es)	1º Batalhão de Engenharia de Combate Escola
2ª DE/CMSE	2ª Divisão de Exército/ Comando Militar do Sudeste
2º RCG	2º Regimento de Cavalaria de Guarda
4ª Bda Inf L (Mth)	4ª Brigada de Infantaria Leve (Montanha)
5º Gpt E	5º Grupamento de Engenharia
11ª Bda Inf L (GLO)	11º Brigada de Infantaria Leve (Garantia da Lei e da Ordem)
11º BPE	11º Batalhão de Polícia do Exército
12ª Bda Inf L (Amv)	12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Arquitetura de Comando, Controle e Relações interinstitucionais da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro ...	24
Figura 2 - Organização do Gabinete de Intervenção Federal (GIF)	24
Figura 3 - Áreas funcionais de abrangência das ações da Intervenção Federal na área de segurança pública no Estado do RJ.....	25
Figura 4 - Organograma do Comando Conjunto	29
Figura 5 - Quantidade de operações realizada pelo Comando Conjunto.....	31
Figura 6 - Efetivo das Forças Armadas empregado nas operações.....	31
Figura 7 - Organograma da Bda Inf Pqdt	34
Figura 8 - Subordinação da Bda Inf Pqdt ao Comando Conjunto.....	34
Figura 9 - Planejamento anual das atividades da Bda Inf Pqdt em 2018.....	37
Figura 10 - Planejamento anual das atividades da Bda Inf Pqdt em 2010	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA	17
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo geral	18
1.2.2 Objetivos específicos	18
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	18
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	18
2 METODOLOGIA	20
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	20
2.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	20
2.3 COLETA DE DADOS	20
2.4 TRATAMENTO DOS DADOS	21
2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	21
3 A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO	22
4 O COMANDO CONJUNTO (C Cj)	27
5 A BRIGADA DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA	33
6 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda como a Intervenção Federal ocorrida no estado do Rio de Janeiro influenciou diretamente o adestramento das tropas da Brigada de Infantaria Pára-quedista (Bda Inf Pqdt). Situado na região sudeste do Brasil, o referido estado conta com a população de 17.159.960 pessoas segundo censo do IBGE de 2018, o qual transformou-se em um dos palcos de maior violência urbana do país. Fato que levou o então Presidente da República a decretar Intervenção Federal no ano de 2018, sendo a primeira da história na vigência da atual Constituição Federal de 1988, com a nomeação de um Oficial General como Interventor, o então comandante do Comando Militar do Leste (CML), General Braga Neto.

Dentro deste contexto, faz-se necessário um breve histórico da escalada da crise na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro e, concomitantemente, como se deu a crescente participação do Exército Brasileiro (EB) no combate a violência nesse estado.

Nos últimos quatro anos, o estado do Rio de Janeiro sofreu com a deficiência da segurança pública e agora está experimentando os episódios mais agudos com a decretação da intervenção Federais no estado.

As raízes do crime organizado têm sua origem ainda na década de 70, provavelmente no presídio da Ilha Grande. O surgimento dessa primeira organização criminosa é contemporâneo a fusão do Estado da Guanabara como Estado do Rio de Janeiro (1975). Com a abertura política na década seguinte (1984) e a eleição de governos populistas, somada a escalada do tráfico de drogas da região andina do continente, proporcionada pelos cartéis do tráfico, o crime ganhou força. Ou seja, a perda de capacidade econômica do Estado, o descaso no combate as ações criminosas e o aumento tráfico internacional de drogas contribuíram para as sucessivas crises na área de segurança pública no Rio de Janeiro nos anos seguintes.

Resultado de discordâncias dentro do Comando Vermelho surgem outras organizações criminosas, os Amigos dos Amigos (ADA) e o Terceiro Comando (TC). Inicialmente estes se associaram, porém, após traição de integrantes da ADA, levando a uma luta sangrenta ocorrida em Bangu 01, no ano de 2002, surge o Terceiro Comando Puro (TCP), decorrência do fim do Terceiro Comando após a sua separação da ADA.

No ano de 2008, aparece no Rio de Janeiro uma nova espécie de organização criminosa: as milícias. Inicialmente, eram distinguiam-se do tráfico de drogas, tinham como principal fonte de recursos financeiros a distribuição de gás clandestina, a TV a cabo, o transporte alternativo, e outros tipos de taxas que podiam extorquir das pessoas e do comércio, em troca de uma ilusória proteção. Atualmente, em torno de 11 (onze) municípios da Região metropolitana do Rio de Janeiro estão sobre o “controle” das milícias, num total de 348 km², cerca de um quarto do tamanho da capital, contando com aproximadamente 2 (dois) milhões de pessoas. Os diversos crimes praticados por esta nova organização criminosa, pouco diferem das atividades cometidas pelas tradicionais organizações criminosas.

O crescimento da urbanização desordenada e a falta de políticas públicas eficientes, principalmente no setor de habitação e transporte, contribuíram com o surgimento de áreas onde o poder público deixou de exercer seu papel de polícia, não fiscalizando e orientando a ocupação dos espaços públicos. Os aspectos fisiógrafos da cidade do Rio de Janeiro somadas a configuração do "terreno humano" na ocupação destes espaços tornaram ainda mais complicada a tarefa de intimidar o crime organizado e de refrear o crescimento da violência desde década de 1990 até os dias de hoje.

Os primórdios da participação das Forças Armadas na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro tem seu início na década de 1990, por ocasião da Operação Rio e Operação Eco , e passando pelos anos 2000, sempre com situações episódicas e definidas como intuito de proporcionar melhor sensação de segurança a população do Rio de Janeiro, especialmente por ocasião de eventos internacionais. Porém, a partir do ano de 2008, registra-se um incremento do emprego de tropas federais desde a segurança de canteiro de obras (Operação Cimento Social) até a segurança das eleições municipais de 2008, com a Operação Guanabara, ocasião em que as forças federais ocuparam mais de 30 comunidades no Estado.

Ainda no ano de 2008, o Governo do Estado inicia o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), o maior na área de segurança pública que o Estado já promoveu, com a perspectiva de instalação de mais de 40 unidades em todo o Rio de Janeiro. O projeto tinha por objetivo a implantação da política da polícia de proximidade, retirando o território das organizações criminosas em troca da criação de programas sociais.

A partir de então a participação das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) tornaram-se uma constante cada vez mais evidente, tendo como destaque as Operações Arcanjo, nos complexos da Penha e do Alemão, nos anos de 2010 a 2012, respectivamente; e as Operações São Francisco, no complexo da Mare nos anos de 2010 a 2012. Além disso, também ocorreram as participações das Forças Armadas na segurança de grandes eventos que o estado do Rio de Janeiro sediou desde 2013, chegando até os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, o que retrata como a segurança pública do estado encontrava-se afetada e apresentando grande dificuldade no enfrentamento a violência e os diversos crimes.

No ano seguinte, logo após término dos grandes eventos, a crise política e financeira atinge fortemente o Rio de Janeiro. Os inúmeros casos de corrupção no governo estadual, acrescido do desemprego crescente, atraso sistemático de pagamentos do funcionalismo público (inclusive policiais), a falências de estabelecimentos comerciais, ameaça de crise de desabastecimento decorrente dos constantes crimes de roubo de cargas, o aumento da criminalidade, já indicavam uma situação delicada refletindo no caos da segurança pública. Fato esse que provocou a autorização, por meio do Decreto publicado em de 28 de julho de 2017, dá ativação de uma Comando Conjunto (CCj) das Forças Armadas, para seu emprego nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), quando solicitado pelo governo do estado.

Por ocasião do carnaval de 2018, observou-se inúmeros casos de violência divulgados pela mídia nacional, aumentando da sensação de insegurança pela população do Rio de Janeiro, levando ao decreto da Intervenção Federal pelo presidente da República, restrita a área de segurança pública.

Nos últimos trinta anos observa-se o crescimento da violência e o esfacelamento da segurança pública no estado. Os diversos casos de corrupção e a crise financeira no Rio tiveram reflexos diretos nas políticas de segurança públicas. A má gestão, somado a diversas fraudes e uso irresponsável dos recursos do estado, potencializada pela crise econômica nacional, teve reflexos em todas as áreas.

Verifica-se o histórico crescente de participações das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, na última década. Pode se avaliar como positivas estas participações nos níveis tático e operacional, por outro, não se observa nenhum legado estratégico. As Forças Armadas sempre foram empregadas para atacar o resultado do problema, porém as suas causas não foram atacadas, levando a um

agravamento da situação. Além disso, observa-se um grande aprimoramento das organizações criminosas nas partes operacional, logística, comunicações etc.

A Intervenção Federal foi decretada em 16 de fevereiro de 2018, sendo necessárias inúmeras coordenações com as demais instituições envolvidas, em especial na área jurídica e financeira, para com isso obter-se resultados a curto prazo.

É neste ambiente complexo que o emprego de tropas federais é realizado, sempre no contexto de grandes operações, por termo ao grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro. O planejamento, a coordenação e a execução das diversas ações tiveram como objetivo o restabelecimento da sensação de segurança da população fluminense e a diminuição dos índices de criminalidade, garantindo um ambiente seguro e estável.

1.1 PROBLEMA

A Intervenção Federal na área da segurança pública no estado do Rio de Janeiro foi decretada pelo Presidente da República Michel Temer em 16 de fevereiro de 2018, com o objetivo de conter a crescente onda de violência que assolava o estado do Rio de Janeiro. Tal decisão foi baseada nas diversas demonstrações de incapacidade do estado em conter o aumento da criminalidade e na sensação de insegurança sofrida pela população carioca.

Em decorrência de assertivas entre o Governo Federal e Governo estadual acertou-se os limites da intervenção federal, sendo a área de segurança pública o foco principal, tanto na parte operacional quanto na financeira.

A partir disso, a participação de tropas do Exército Brasileiro nas diversas operações aumentou consideravelmente, tudo com o objetivo de desarticular as organizações criminosas (ORCRIM) que atuavam no estado do Rio de Janeiro.

Tais operações eram planejadas e executadas sem o conhecimento prévio da tropa, no intuito de preservar o sigilo das operações. Em virtude disso, ocorreram diversos cancelamentos, mudanças e adequações das atividades planejadas no ano de instruções, causando diversos transtornos.

O presente trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em torno do seguinte problema: de que forma a Intervenção Federal influenciou o adestramento da Brigada de infantaria Pára-quedista?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 **Objetivo geral**

Estabelecer de que forma a Intervenção Federal influenciou o adestramento da Brigada de Infantaria Pára-quedista.

1.2.2 **Objetivos específicos**

a) caracterizar o modelo de intervenção federal implementada no Rio de Janeiro.

b) apresentar o ano de instrução da Brigada de Infantaria Pára-quedista.

c) caracterizar o emprego das tropas da Brigada de Infantaria Pára-quedista na Intervenção Federal.

d) apresentar as principais dificuldades em cumprir as obrigações de formação e adestramento das tropas Pára-quedistas durante a Intervenção Federal.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo estará limitado ao período da publicação do decreto de Intervenção Federal no Rio de Janeiro em de 16 de fevereiro de 2018 até o seu término em 31 de dezembro de 2018. E, ainda, somente se aterá ao emprego das tropas da Brigada de Infantaria Pára-quedista, que pese o emprego de outras tropas em condições semelhantes no mesmo episódio. Dessa forma, o estudo abordará o emprego da Brigada de Infantaria Pára-quedista no período da intervenção Federal.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esta seção objetiva discorrer de forma sucinta acerca dos principais tópicos que justificam a relevância deste trabalho. Desta forma, a importância desta proposta de pesquisa está apoiada nos seguintes aspectos:

O Rio de Janeiro está situado na região sudeste do Brasil, sendo esta a mais desenvolvida do país. O Estado possui a segunda colocação na economia brasileira, contando com um importante parque industrial e com grande capacidade no setor de

turismo, uma vez que a capital do estado é reconhecida internacionalmente pelas suas belezas naturais e pela simpatia de seu povo.

Apesar de toda a magnitude acima descrita, o Rio de Janeiro vem passando por uma grave crise na área de segurança pública, o que contribuiu para o aumento da criminalidade e ao crescimento das organizações criminosas. A repercussão negativa a nível mundial, somada as pressões da sociedade interna, levando o Governo Federal a decretar, pela primeira vez na história da carta magna vigente, uma Intervenção Federal em uma federação do país.

A relevância do assunto para o Brasil foi demonstrada pela necessidade do emprego das Forças Armadas na condução desta intervenção, levando a uma mudança drásticas em seus planejamento e prioridades, no período em que esteve em vigência o presente decreto. Tais mudança foram mais sentidas nas tropas situadas no Rio de Janeiro, neste escopo inclui-se a Brigada de Infantaria Pára-quedista, que devido ao seu treinamento peculiar, inerente a sua atividade aeroterrestre, e por ser uma das Forças de Emprego Estratégico do Exército Brasileiro, sofreu grande influência em seu ano de instrução.

2 METODOLOGIA

Esta seção apresentará a metodologia que solucionará os problemas a serem pesquisados, identificando as atitudes necessárias para atingir os objetivos elencados. Para isso haverá uma sequência organizada em: Tipo de Pesquisa, Universo e Amostra, Coleta de Dados, Tratamento de Dados e Limitações do Método.

2.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados a Intervenção Federal em sítios eletrônicos oficiais dos órgãos do Governo Federal e do Estado do Rio de Janeiro, legislação vigente, livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

Assim, seguindo a Taxionomia de Vergara (2009), por meio de uma pesquisa qualitativa, buscou-se entender os fatos acerca da Intervenção federal e sua influência no ano de instrução da Brigada Infantaria Pára-quedista.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo do presente estudo são emprego das tropas pelo Comando Conjunto e as atividades obrigatórias constantes nos planos de Adestramentos, Planos de Instrução e do Calendário de Obrigações estabelecido pelo escalão superior.

A amostra utilizada segue a linha não probabilística por não contemplar procedimentos estatísticos e por acessibilidade (VERGARA, 2009), justificada pela gama de fontes de pesquisa disponíveis a serem utilizadas

2.3 COLETA DE DADOS

Conforme Departamento de Pesquisa e Pós-graduação do Exército (2012), a coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso dar-se-á por meio da coleta na literatura, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos,

internet, monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, serão levantadas as fundamentações teóricas para a comprovação ou não da hipótese levantada.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Conforme Departamento de Pesquisa e Pós-graduação Exército (2012), o método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo, no qual serão realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórico para se confirmar ou não a hipótese apresentada.

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. Porém, devido ao fato de se tratar de um trabalho de término de curso, a ser realizado em aproximadamente seis meses, o método escolhido é adequado e possibilitará o alcance dos objetivos propostos no presente Projeto de Pesquisa.

3 A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

A intervenção federal foi decretada no Estado do Rio de Janeiro de 16 de fevereiro até o dia 31 de dezembro de 2018, e alcançou somente a área de segurança pública. Nesse recorte, a responsabilidade de gerir essa área, que é estadual, passou para as mãos do Governo Federal por intermédio do General-de-Exército Walter Souza Braga Netto, Comandante Militar do Leste, nomeado interventor federal. Conforme site do Observatório Militar da Praia Vermelha:

Intervenção é uma medida de gerenciamento de crise previsto na Constituição Federal de 1988 e informado pelos princípios da necessidade e da temporariedade, atendendo, respectivamente, situações taxativamente expressas e limitações específicas de tempo e local. Assim, a Intervenção Federal é um instrumento através do qual a União pode quebrar excepcional e temporariamente a autonomia dos demais entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios localizados em Território Federal) pelos motivos expressamente contidos nos Artigos 34 e 35 da Constituição Federal/1988³ (BRASIL, 2018).

Devido a isso, a estrutura de comando e controle por parte das Forças Armadas ficou caracterizada pelo Interventor Federal para área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro no nível político, o Comando Militar do Leste (CML) e o Gabinete de Intervenção Federal no nível estratégico, o CCj no nível operacional e os Grandes Comandos (G Cmdo), as Grandes Unidades (GU), e Organizações Militares (OM) no nível tático.

Com o objetivo estabelecer as atribuições e as áreas de atuação dos diversos órgãos e instituições envolvidas nas ações da intervenção federal, seu grau de relacionamento nos diversos níveis de governo, bem como os eixos de atuação da Intervenção Federal, foi necessário fixar um conceito operacional da intervenção.

O Interventor foi equiparado ao Governador do Estado do RJ para todos os assuntos referentes a segurança pública, ou seja, e o “governador” para estes assuntos, ligando-se diretamente ao Presidente da República, conforme estabelecia o Decreto N° 9.288 de 2018. Assim ficou definido o nível político nas esferas de governo estadual e federal. Foi também estabelecido nesse nível, que o controle e a aplicação dos recursos federais, disponibilizados para as ações da intervenção, são

³Sítio do Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV): http://ompv.eceme.eb.mil.br/masterpage_assunto.php?id=5

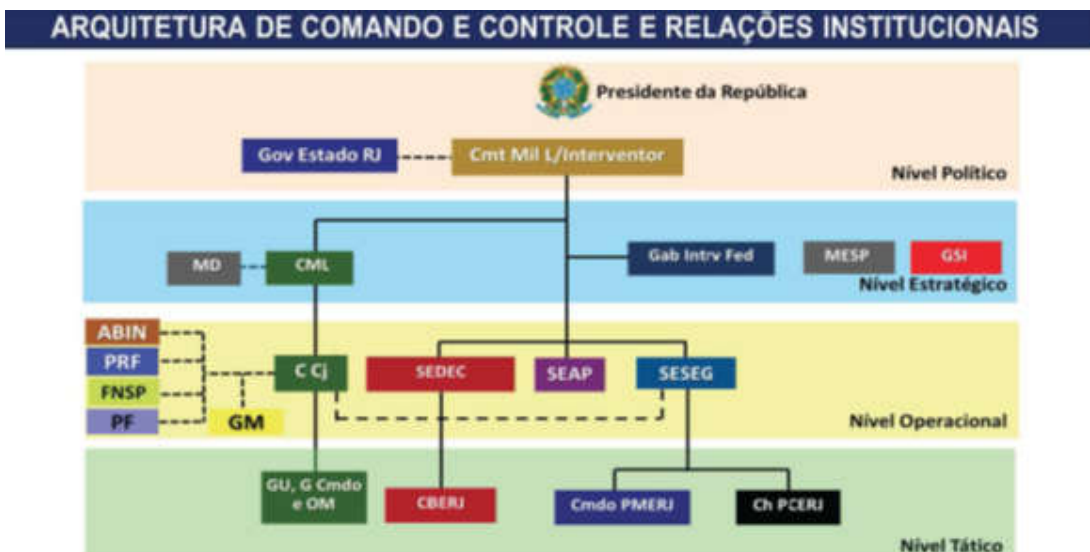
de competência do Interventor, sendo executado por meio da Secretaria de Administração e Finanças do Gabinete de Intervenção Federal (GIF)/RJ.

O GIF e o CML, em estreita ligação com os Ministérios da Defesa (MD), Ministério Extraordinário da Segurança Pública (MESP) e com o Gabinete de Segurança institucional da Presidência da República (GSI/PR), foram os responsáveis pela coordenação e integração das ações que viabilizaram a Intervenção Federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, compondo o nível estratégico da intervenção. Os objetivos, estratégias, metas e planos de ação que compuseram o plano estratégico da Intervenção Federal foram definidos neste nível, em coordenação e de forma integrada com os planejamentos do Comando Conjunto (CCj) e das secretarias de governo do Estado: Secretaria de Segurança (SESEG), Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e Secretaria de Defesa Civil (SEDEC).

Juntamente com C Cj e as citadas secretarias do Estado do Rio de Janeiro, as agências federais representadas pela Polícia Federal (PF); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); e municipais, representadas pelas Guardas Municipais (GM) dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, compôs o nível operacional da Intervenção Federal, destacando a preponderância da característica interagências em todas as esferas de governo: federal, estadual e municipal. O nível tático foi composto pelas tropas federais adjudicadas ao C Cj e pelos OSP do Estado do Rio de Janeiro (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro).

A arquitetura de comando, controle e relações entre as instituições esta demonstrada no diagrama de relacionamento representado na figura a seguir:

Figura 1 - Arquitetura de Comando, Controle e Relações interinstitucionais da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Diretriz de Planejamento da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

Figura 2 - Organização do Gabinete de Intervenção Federal (GIF)



Fonte: Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal, 2018.

Considerando implementação imediata imposta a intervenção e o caráter transversal dos assuntos de segurança pública em diversas áreas funcionais, o planejamento das ações da intervenção teve seu contorno definido pelo tempo, complexidade e abrangência das ações necessárias a pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Nesse sentido, o planejamento da intervenção contemplou ações emergenciais (curto prazo), e ações estruturantes (médio e longo prazo), abrangendo as "áreas funcionais" de pessoal; inteligência; operações;

logística; planejamento; comunicação social; relações institucionais; e administração e finanças (Figura 03).

Estas áreas funcionais foram representadas nas diretorias e coordenadorias componentes das “Secretarias de Intervenção Federal” e de “Administração e Finanças”. Tudo isso em coordenação com as secretarias de governo (SESEG, SEAP, SEDEC) e os Órgãos de Segurança Pública (OSP).

Figura 3 - Áreas funcionais de abrangência das ações da Intervenção Federal na área de segurança pública no Estado do RJ



Fonte: Diretriz de Planejamento da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

Em síntese, as atividades de Segurança Pública Administração Penitenciária e de Defesa Civil foram planejadas e efetivadas por suas secretarias, por intermédio dos OSP e demais instituições. Sempre que necessária, contaram com a cooperação de tropas das Forças Armadas adjudicadas ao C Cj, que já vinham sendo empregadas em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Estado do Rio de Janeiro, conforme estabelece o Decreto publicado em 27 de julho de 2017. Essas atividades foram executadas a partir de dois eixos de atuação: Segurança Pública e Defesa.

No eixo da Segurança Pública, estavam as atividades desenvolvidas pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiro Militar, Guarda Municipal, bem como pelos responsáveis pela coordenação, integração ou apoio a essas instituições e relacionadas a instrumentos de prevenção, de coação e de justiça. Foram contempladas ações de polícia ostensiva; preservação

da ordem pública e ordenamento urbano; segurança viária e controle de tráfego; segurança de infraestruturas críticas; polícia judiciária; polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; inteligência e defesa civil.

No eixo da Defesa, estiveram as atividades desenvolvidas pelo Comando Conjunto das Forças Armadas, ativado para as ações de GLO no Estado do Rio de Janeiro, sendo contempladas ações de operações aéreas; ações marítimas e fluviais; ações de transporte aéreo logístico; fiscalização de produtos controlados; proteção de estruturas estratégicas; policiamento ostensivo (em reforço aos OSP); operações especiais (com tropas especializadas das Forças Armadas e dos OSP) e Assistência Militar (contemplando protocolos de entendimento e coordenação institucionais).

Em suporte as ações desenvolvidas nos dois eixos de atuação, os atores de inteligência produziram conhecimentos estratégicos, operacionais e táticos, visando subsidiar o planejamento e as ações de segurança pública e de defesa, bem como, assessorar o processo decisório do Interventor Federal. A coordenação dos órgãos de inteligência, com base em um planejamento integrado, e apoiado em meios de tecnologia da informação eficazes, proporcionaram informações seguras e oportunas ampliaram a qualidade dos conhecimentos produzidos em proveito das ações da intervenção.

Destaca-se ainda, que Intervenção Federal na área da Segurança Pública do Estado do RJ contemplou ações em todo o Estado, tanto na capital e região metropolitana, como nos municípios do interior.

4 O COMANDO CONJUNTO (C Cj)

Segundo definição do manual de Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa⁴ (2011): “O Comando Conjunto é o mais alto comando destinado a operações militares, que deverá ser ativado de acordo com a Estrutura Militar de Defesa, conforme as necessidades de preparo ou de emprego, estruturado com meios ponderáveis de mais de uma Força Armada”.

Aproveitando-se do já criado C Cj, conforme a Diretriz Ministerial Nº 16, de 02 de agosto de 2017, do Ministro da Defesa, estabelecido após a assinatura do decreto Sem Número, de 28 de julho de 2017, do Presidente da República, relativo ao emprego das Forças Armadas para à Garantia da Lei e da Ordem no estado do Rio de Janeiro, essa estrutura foi utilizada para o emprego tático das tropas das Forças Armadas nas diversas operações no contexto da Intervenção Federal.

O Comando Conjunto (CCj) foi instituído inicialmente pelo Decreto de 28 de julho de 2017, que autorizou o emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2017. Essa legislação foi alterada ao final daquele ano, estendendo sua vigência até o último dia de 2018. Em meados de fevereiro de 2018, o Decreto no 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, estabeleceu a Intervenção Federal (IF) no Estado do Rio de Janeiro também até 31 de dezembro deste ano, e descreveu também as atribuições do Interventor Federal, dentre elas o poder de requisitar os meios militares necessários para o cumprimento do objetivo da Intervenção.

A Intervenção Federal teve como desafio a diminuição dos índices de criminalidade no Estado do Rio de Janeiro, concentrado, principalmente, em articular esforços, promover a integração, a coordenação e a interoperabilidade de sistemas, meios (pessoal e material) e direcionar as instituições, responsáveis pela segurança pública, para um esforço prioritário na atividade-fim.

A missão do comando foi de realizar Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e ações emergenciais, em cooperação com os Órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, no Rio de Janeiro, a fim de apoiar as ações e atividades previstas no contexto do Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de

⁴ O Manual de Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, MD 30-M-01, de 2011, estabelece os fundamentos doutrinários que orientarão as Forças no processo de planejamento, preparo e emprego em Operações Conjuntas, baseado nas Hipóteses de Emprego (HE).

Segurança Pública do Rio de Janeiro. Além disso, contribuir para pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública do Estado, por meio da diminuição dos índices de criminalidade, com o conseqüente aumento na percepção da sensação de segurança da população carioca e fluminense.

O Estado final desejado pelo CCj foi o de diminuição dos Índices de criminalidade, aumento da percepção da sensação de segurança da população, redução da ostensividade das organizações criminosas (ORCRIM); e preservar a integridade física da população, dos integrantes das Forças Armadas e dos Órgãos de Segurança Públicos (OSP).

O CCj foi um órgão temporário composto de meios ponderáveis de mais de uma Força Singular, sob comando único, constituído por integrantes da Marinha do Brasil (MB), Exército Brasileiro (EB), Força Aérea Brasileira (FAB), perfazendo o efetivo aproximado de 18.300 homens, com a disponibilidade permanente de 110 pelotões.

Neste contexto, foi constituído o Estado-Maior Conjunto (EM Cj) composto por 10 (dez) células nominadas pela letra "D", uma Assessoria Jurídica, uma Assessoria de Avaliação Adestramento e Doutrina, à cargo do CA-Leste(Centro de Adestramento Leste) e uma Célula de Operações Aeroespaciais como integrantes das Forças Armadas, por Oficiais de Ligação da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência Força Nacional de Segurança Pública, Polícia Militar do Rio de Janeiro, Polícia Civil do Rio de Janeiro e Guarda Municipal do Rio de Janeiro, totalizando um efetivo com cerca de 130 integrantes.

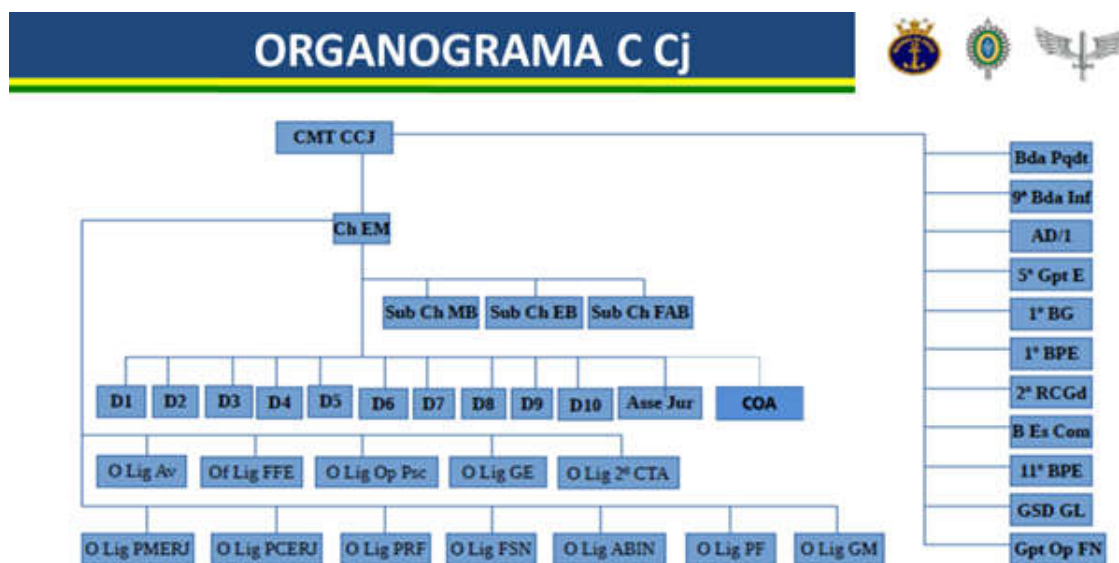
Ao Comandante da 1ª Divisão de Exército, e da Guarnição da Vila Militar, coube a missão de ser o Comandante Conjunto (Cmt Cj), que assumiu essa função cumulativamente com suas funções já existentes. Tal medida permitiu uma maior facilidade de coordenação e agilidade no emprego dos meios militares adjudicados ao CCj.

Foram alocados reforços de recursos humanos de outros Comandos Militares de Áreas por intermédio da DCEM, reforçando as Seções de Pessoal (D1) Inteligência (D2), Planejamento (D5). Além disso, também foi reforçada a Central de Inteligência do CML com analistas de imagens do Centro de Inteligência do Exército (CIE) e pessoal especializado do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) e Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOm GEx). Além disso, também foi

estabelecido um Centro de Coordenação Tático Integrado (CCTI) para coordenar as operações especiais das Forças Armadas e forças análogas dos OSP.

Quanto aos meios adjudicados ao CCj para atuação nas Operações, foram disponibilizados, além das GU localizadas no Rio de Janeiro (GUES/9ª Bda Inf Mtz, Bda Inf Pqdt e AD/1); um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (Gpt Op Fuz Nav) e três Força-Tarefa (FT) valor Unidade adjudicadas ao CCj, sendo uma orgânica da 4ª Bda Inf L (Mth), com sede em Juiz de Fora - MG, uma da 11ª Bda Inf L (GLO), com sede em Campinas-SP, e uma da 12ª Bda Inf L (Amv), com sede em Caçapava-SP, sendo estas últimas duas subordinadas à 2ª DE / CMSE. O CCj contava ainda com tropas das OMDS do CML, como o 1º BG, 1º BPE e o 2º RCG e o 11º BPE, OMDS da 1ª DE. Também estavam adjudicados ao CCj o 5º Gpt E, que empregou predominantemente o 1º B E Cmb (Es). Essas tropas proporcionaram capacidades complementares inerentes aos fuzileiros motorizados, mecanizados e leves, aos policiais do exército e aos engenheiros, que atenderam as demandas operativas de cada operação furacão.

Figura 4 - Organograma do Comando Conjunto



Fonte: Relatório de final de missão do CCj

As OM cuja sedes eram fora do Rio de Janeiro eram substituídas em sistema de rodízio, dentro de suas GU orgânicas, pelo período de um mês, mantendo o total de três FT valor Batalhão em condições de emprego de julho à 28 Dez 2018. O reforço

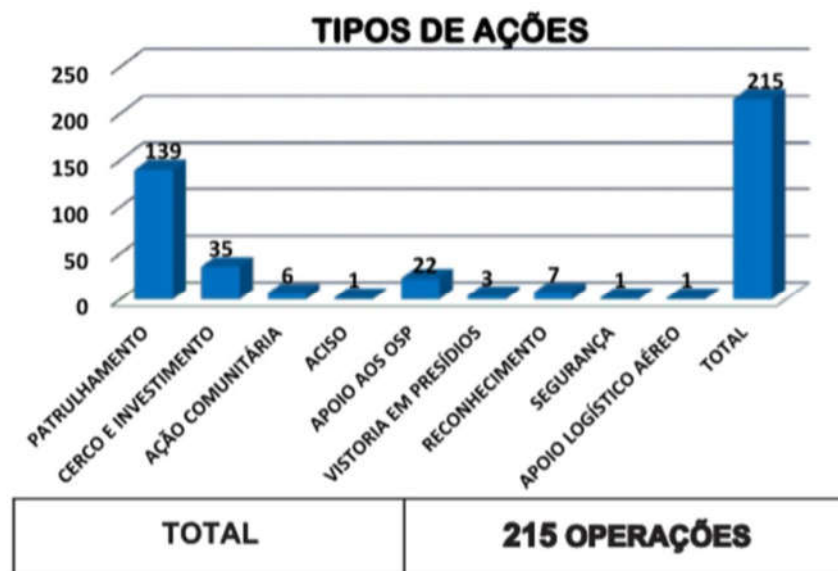
destas OM ao CCj ocorreu em função do aumento do vulto e da quantidade de operações, o que se mostrou adequado diante das demandas apresentadas.

Tais unidades tiveram papel essencial para complementar o poder de combate nas operações, pois foram empregadas por completas, sem as exigências da vida administrativa de suas OM. Além disso, garantiu uma renovação dos quadros daqueles que estavam sendo empregados. Tal rotatividade constituiu fator de êxito no emprego destas tropas, mantendo elevados seus indicadores de resultado e seu moral. Ademais, as referidas tropas constituíam ainda poderiam reforçar as GU locais durante determinadas operações, conforme necessidade.

O CCj contou ainda com um efetivo de infantaria da Aeronáutica, que foram baseados no Grupo de Segurança e Defesa do Galeão (GSD-GL), dotado de 6 (seis) pelotões, com constituição e meios semelhantes às tropas de infantaria leve do EB. O GSD-GL foi empregado de forma constante em patrulhamentos ostensivos, sob comando da AD/1, na Ilha do Governador, São Gonçalo e Niterói, aumentando o poder de combate e a flexibilidade desta GU.

O CCj desencadeou 215 (duzentos e quinze) Operações Furacão, sendo 139 (cento e trinta e nove) de Patrulhamentos Ostensivos, 35 (trinta e cinco) Operações de Cerco e Investimento a comunidades carentes dominadas por ORCRIM, 6 (seis) Ações Comunitárias, de caráter socioeducativo e voltado à inclusão social dos moradores de comunidades carentes, 1 (uma) Ação Cívico Social (ACISO), 22 (vinte e duas) operações em apoio aos OSP, de naturezas logística e tática, 3 (três) vitorias em Presídios estaduais, em coordenação com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), 7 (sete) Operações de Reconhecimento, terrestres e aéreas, 1 (uma) Operação De Segurança de Autoridade e 1 (uma) Operação de Apoio Logístico Aéreo.

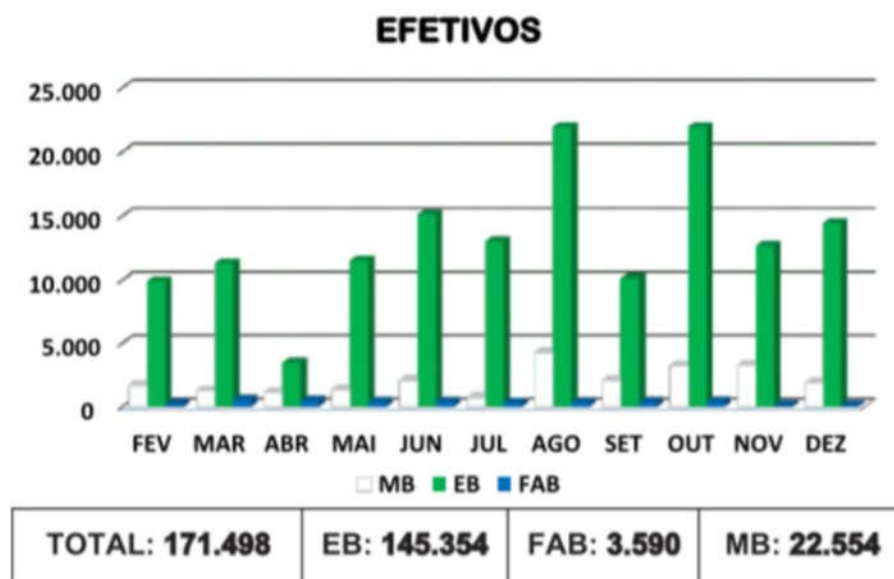
Figura 5 - Quantidade de operações realizada pelo Comando Conjunto



Fonte: Relatório de final de missão do CCj

Foram realizados mais patrulhamentos ostensivos em detrimento das ações de Cerco e Investimento em Comunidades. As 215(duzentas e quinze) operações realizadas em pouco mais de 10 meses de IF reflete a alta intensidade das ações do CCj, cuja média foi de 21 operações por mês. Houve uma grande alteração de postura do CCj após a decretação da IF. O foco do CCj era complementar as ações policiais dos OSP, cuja efetividade dependia da redução dos índices de criminalidade.

Figura 6 - Efetivo das Forças Armadas empregado nas operações



Fonte: Relatório de final de missão do CCj

O CCj possuía um efetivo total de cerca de 18.000 militares, dos quais 110 pelotões (em torno de 5.000 militares) estavam em condições de pronto emprego. A redução das ações em setembro se deu pela conjuntura política nacional (Pleito Eleitoral), tendo após este seu momento de pico nos últimos meses do ano, quando foram intensificadas as Operações Dínamo.

5 A BRIGADA DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA

A Brigada de Infantaria Pára-quedista é uma das Brigadas Estratégicas do Exército Brasileiro. Sua sede localiza-se no bairro da Vila Militar, na cidade do Rio de Janeiro, é subordinada para emprego, e fins administrativo, ao Comando Militar do Leste (sede no Rio de Janeiro – RJ); porém também possui uma vinculação, como Força de Emprego Estratégico do EB, ao Comando de Operações Terrestres (sede em Brasília). Esta GU é uma das prioridades do Exército Brasileiro para fins de preparação e emprego:

Grande Unidade formada, basicamente, por Batalhões de Infantaria Pára-quedistas. Sua principal característica é a elevada mobilidade estratégica, proporcionada pelo transporte aéreo, associado ao assalto aeroterrestre com a utilização de paraquedas (BRASIL, 2003).

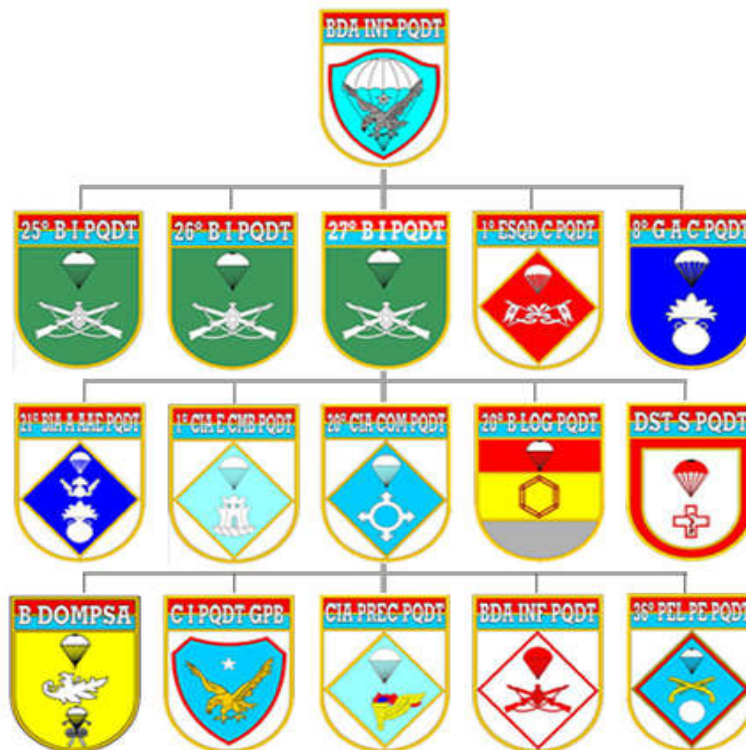
As tropas Pára-quedista gozam de grande prestígio junto a população carioca, principalmente pelas suas atividades de salto de aeronave militar em voo, rigorosa seleção de seus integrantes e pelo seu treinamento diferenciado. Fato que a torna uma importante ferramenta de dissuasão nas mãos do Comando Militar do Leste (CML) por ocasião das operações, tendo como missão:

Desdobrar até 03 (três) Forças Tarefas Batalhão de Infantaria Pára-quedista (FT BI Pqdt), no prazo máximo de 24 horas, após o seu acionamento, em qualquer parte do território nacional ou em outras regiões de interesse estratégico no exterior, para executar operações de combate para destruir e vencer forças inimigas, podendo empregar o lançamento aeroterrestre e/ou o aerotransporte; participar de operações de amplo espectro integrando forças multinacionais; e conduzir operações de garantia da lei e da ordem ⁵ (BRASIL, 2019).

Esta Grande Unidade (GU) foi uma das tropas empregadas na intervenção federal no nível tático, e estava diretamente subordinada ao CCj, o qual planejava e coordenava seu emprego. Para fins de emprego, sua composição estava baseada em suas OM orgânicas, conforme organograma da figura 8 abaixo:

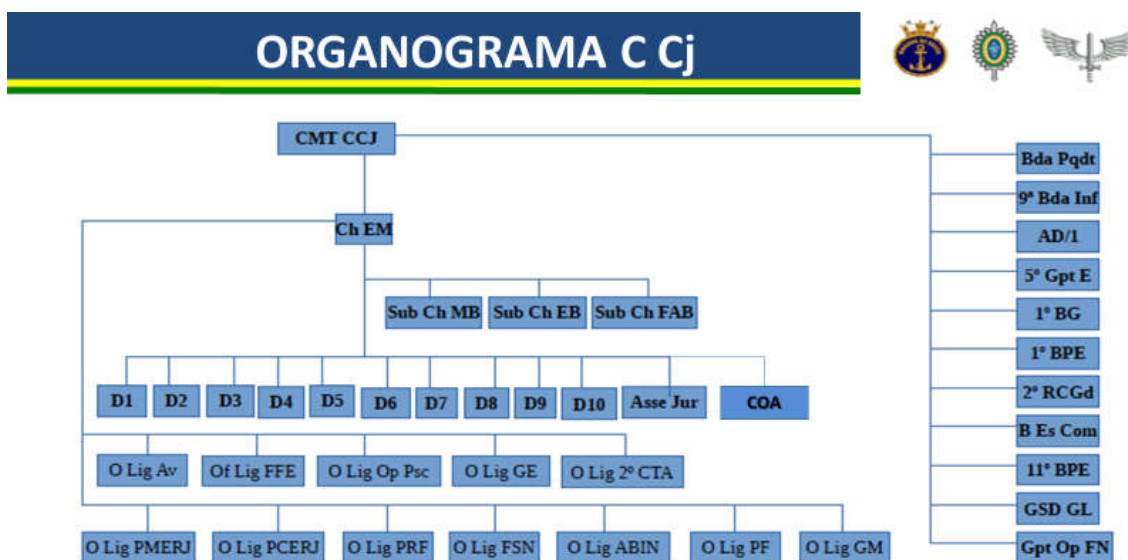
⁵ Sítio da Brigada de Infantaria Pára-quedista, <http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/missao-visao-e-valores.html>

Figura 7 - Organograma da Bda Inf Pqdt



Fonte: Site da Bda Inf Pqdt⁶

Figura 8 - Subordinação da Bda Inf Pqdt ao Comando Conjunto



Fonte: Relatório de final de missão do CCj

O Planejamento das operações atendeu à intenção do Comando Conjunto, e diretrizes e ordens do Interventor Federal da Segurança Pública. Nesse sentido, as

⁶ Organograma da Bda Inf Pqdt, <http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/2015-12-03-10-52-14.html>

operações foram conduzidas obedecendo à doutrina de emprego da Força em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em vigor. Foi enfatizado, a todo o momento, a condução das operações sobre o arcabouço da legalidade e da legitimidade, com foco nos princípios de emprego da Massa e da Segurança. Buscou-se privilegiar nas ações o engajamento seletivo, a rapidez e a surpresa, evitando qualquer tipo de dano colateral à população ou exposição desnecessária da tropa. Para isso, os comandantes em todos os níveis estiveram à frente das frações constituídas, exercendo assim a liderança e a ação de comando. Pelo exemplo pessoal, cumpriram de forma exemplar as missões que lhes foram atribuídas⁷ (BRASIL, 2019).

Merece registro especial, a observância e o fortalecimento de valores e atributos da área afetiva, individuais e coletivos, fundamentais para o êxito das operações. Nesse mister, a coragem, a determinação, o senso de cumprimento do dever, o espírito de corpo e a camaradagem dos militares em todos os escalões foram essenciais para superar as adversidades e exposições ao risco. A cadeia de liderança impulsionou a tropa e foi decisiva para a conquista dos objetivos definidos na manobra (BRASIL, 2019).

Ao término das ações, a Bda Inf Pqdt contribuiu para a redução dos índices criminalidade e a restauração da Ordem Pública, como por exemplo o de roubos e de homicídios, os quais tiveram queda de cerca de 10 e 20% (BRASIL, 2019).

Diversas atividades foram realizadas durante as operações, tais como: Operações de Cerco; Operações de Investimento; Trabalhos de Engenharia para garantir a mobilidade (remoção de obstáculos); Ações de apoio aos OSP; Operações de Patrulha, empregando distintos meios (a pé, motorizado e blindado); cumprimento de mandados por área, em coordenação com o Ministério Público Militar (MPM); Ações de PBCVU; e Operação de busca e Apreensão (OBA) (BRASIL, 2019).

No Planejamento da Bda Inf Pqdt foi privilegiado o princípio da massa, sendo o GC a menor fração de emprego. Assim, as peças de manobra eram empregadas, em maior ou menor número, norteadas pelo princípio citado e pelas informações de Inteligência (ou estimativas) disponíveis. Em razão da especialização de algumas OM

⁷ Anexo A do Relatório Final da Missão da Brigada de Infantaria Pára-quedista, Rio de Janeiro, 2019.

estiveram presentes em praticamente todas as operações, seja fisicamente na Área de Operações ou aquartelada aguardando ordens. Nesse sentido:

1. A 1º Cia E Cmb manteve-se sempre ECD realizar trabalhos de mobilidade, mesmo durante ações de patrulhamento;
2. O Dst Sau Pqdt manteve-se constantemente adestrado e presente nas operações, estando ECD realizar a estabilização e evacuação de feridos por qualquer meio. Uma ambulância categoria D (UTI) estava sempre de prontidão junto ao oficial regulador (normalmente, o Cmt Dst Sau Pqdt); e
3. O 20º B Log Pqdt manteve-se sempre ECD ser empregado, principalmente nas tarefas atinentes as Funções Logísticas Transporte e Suprimento. A OM manteve viaturas especializadas, pessoal e suprimentos de classes III (óleos lubrificantes e combustíveis) e V(munição) prontas nas instalações do quartel ou na área de operações, conforme cada caso. Além disso, em situações específicas, quando houve a necessidade de um número de elementos de manobra superiores ao disponível, essa OM também foi empregada como peça de manobra.

Em algumas missões, o CCj ampliou as capacidades da Bda Inf Pqdt, adjudicando tropa e/ou meios, como por exemplo as tropas mecanizadas (exemplo Vtr Guarani).

As peças de manobra utilizadas pelo Comando da Bda Inf Pqdt basearam-se em suas unidades das armas: Infantaria (25º BI Pqdt, 26º BI Pqdt e 27º BI Pqdt), Cavalaria (1º Esqd C Pqdt) e Artilharia (8º GAC Pqdt e 21ª Bia AAAe Pqdt), que pese está última arma ser de apoio e não de manobra.

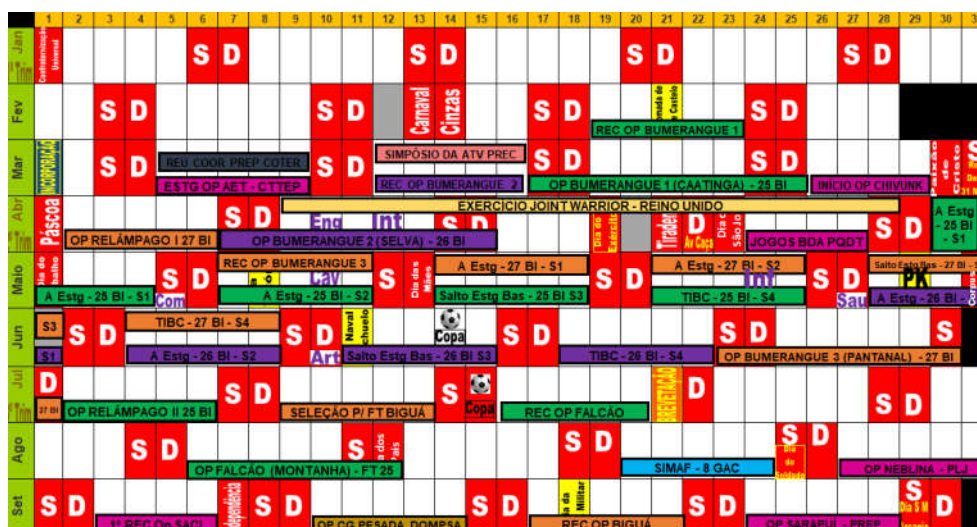
Estas tropas viviam 4(quatro) momentos: 1º momento (Adestramento e instrução preparatória para o tipo de operação a ser realizado), 2º momento (recebimento da ordem, aquartelamento da tropa, emissão de ordens ao elementos subordinados e preparação material para a missão), 3º momento (execução da missão propriamente dita) e 4º momento (regresso para as OM, manutenção e devolução do material, desmobilização e, quando possível, dispensa de 24h a 48h para a tropa). Estes períodos (momentos) tinham duração de no mínimo cinco dias consecutivos, variando com a duração da operação propriamente dita.

Apesar do ritmo continuado das operações no ano de 2018, nenhuma atividade foi relegada a segundo plano, principalmente no que tange aos adestramentos dos

quadros e do efetivo profissional, bem como a formação dos militares do efetivo variável. Tal fato impôs aos militares que lá serviam extrema abnegação e dedicação para o cumprimento dessas missões.

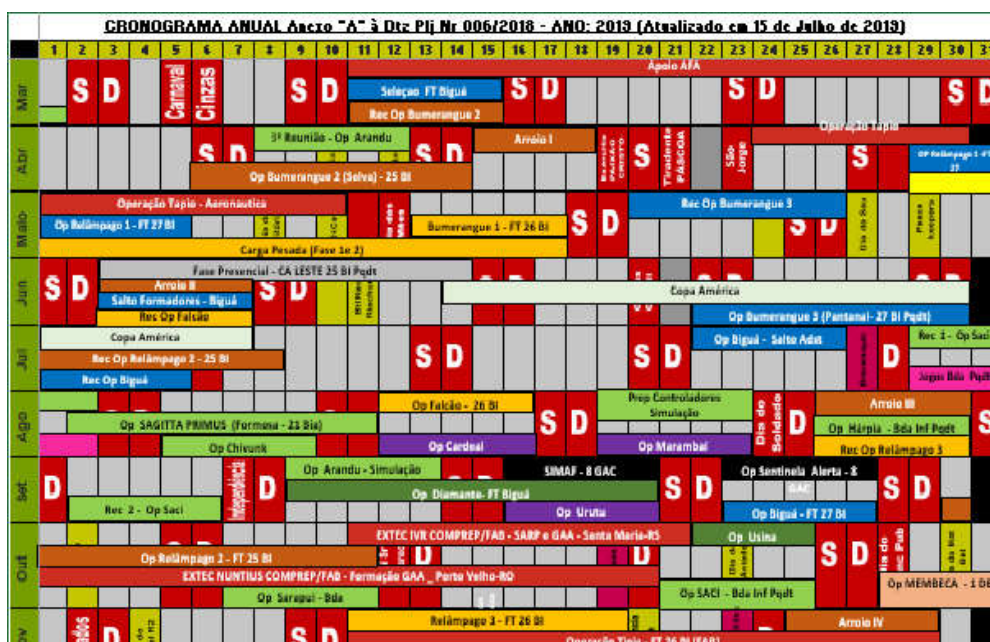
As figuras seguintes mostram os planejamentos dos anos de instrução de 2018 e 2019, os quais não constam nenhuma atividade relacionada a segurança pública. Mesmo assim, pode-se observar a gama de atividades que envolvem a Bda Inf Pqdt para atingir seu nível de adestramento, bem como a formação de seus efetivos.

Figura 9 - Planejamento anual das atividades da Bda Inf Pqdt em 2018



Fonte: Diretriz de Instrução Militar da Bda Inf Pqdt 2018

Figura 10 - Planejamento anual das atividades da Bda Inf Pqdt em 2010



Fonte: Diretriz de Instrução Militar da Bda Inf Pqdt 2019

O adestramento das tropas da Bda Inf Pqdt compreende instruções e exercícios de Operações Básicas em situação de guerra (Ofensiva e Defensiva) e de não guerra (OCCA), além da preparação para emprego em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Acrescido a isso, as atividades de salto de aeronave militar em vôo também exigem uma boa parcela de tempo, já que se faz necessário manter a tropa adaptada para esta atividade.

O treinamento para as atividades Aeroterrestre por si só exigem uma extrema dedicação no que tange a treinamentos físicos e qualidade das instruções, o que somado ao fato da Bda Inf Pqdt ser uma das Forças de Emprego Estratégico do Exército Brasileiro, imputa grande responsabilidade aos seus integrantes.

Porém, tal preparação foi extremamente comprometida pelo ritmo imposto pelas operações voltadas para a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Somado a isso, a surpresa com que as missões eram recebidas pela GU/OM contribuíram para aumentarem as dificuldades na realização dos planejamentos das atividades de adestramento e formação.

No que tange a utilização de campos de instrução militar na cidade do Rio de Janeiro, faz-se necessário um planejamento prévio da utilização destas áreas em virtude da grande quantidade de unidades presentes no estado, de modo a conciliar o seu uso e assim atender a todas as demandas. Para exemplificar tal dificuldade, usaremos como exemplos o Campo de Instrução do Gericinó (CIG), o qual tem seu uso regulado pela 3ª Seção da 1ª DE. Esta seção realiza reuniões de coordenação das áreas de instrução com todas as unidades que almejam sua utilização, no mês anterior ao uso propriamente dito, sendo seu chefe o responsável.

Durante o período da intervenção federal, por diversas vezes, as OM da Bda Inf Pqdt foram obrigadas a cancelar o uso de uma determinada área as quais haviam reservado, devido o surgimento de uma missão recebida do CCj, de maneira inopinada. Cabe ressaltar que não são previstas datas alternativas, até pelo fato de não haver disponibilidade para isso. Tal fato gerou bastante dificuldades aos oficiais de operações daquelas unidades em seguirem o planejamento prévio de seus respectivos anos de instrução.

Somado a isso, a rotina das atividades realizadas nas missões da Intervenção Federal foi muito intensa, com longas jornadas de trabalho e pouquíssimas horas de descanso, sendo estas realizadas em sistemas de rodízio, e em condições que não

eram as ideais. Desse modo, se fez necessário conceder dias de dispensas com o objetivo de recuperação das energias da tropa, e para que os militares conseguissem manter o mínimo das obrigações de suas vidas particulares.

Além disso, foram empregados grande efetivos nas operações da Intervenção Federal, buscando-se atender ao princípio da massa. Fato que condicionou a permanência de um efetivo mínimo necessário de militares na condução da vida vegetativa da OM e nas instruções dos Sd do Efetivo Variável. Tal situação levou a diversos trabalhos rotineiros como: manutenção das áreas das OM, escala de serviço internas e externas e etc, tivessem que ser recuperadas após o retorno da tropa ao expediente normal, o que diminuía ainda mais o tempo disponível para se atingir o grau de adestramento desejado.

Ressalta-se que não está sendo levado em conta o salto de paraquedas de aeronave militar, que também demanda boa parcela de tempo. A total dependência dos meios aéreos da Força Aérea Brasileiro (FAB), somado a diminuição na disponibilidade de aeronaves C-130 Hércules e diversos cancelamentos desta atividade por parte da Força Aérea (por diversos motivos) levam a uma imprevisibilidade que já se transformou em realidade no dia-a-dia das tropas Aeroterrestre, dificultando ainda mais a condução das atividades planejadas.

A formação dos novos soldados Pára-quedistas, oriundos do efetivo variável, também é uma das atividades que consomem boa parcela de tempo dos quadros da Bda Inf Pqdt. Considerado um ponto de honra desta GU, esta formação é calcada em valores e atributos como: coragem, determinação e patriotismo; que somados as místicas da “Velha Bda” geram uma sinergia que potencializa o poder de combate desta tropa. Para isso, a formação é precedida de uma rigorosa seleção baseada em critérios físicos, intelectuais e sociais; de modo que o soldado possa cumprir em plenas condições suas funções inerentes as peculiaridades das atividades aeroterrestres.

Desse modo, parte considerável dos oficiais e sargentos das OM Pqdt ficam diretamente envolvidos nestas instruções, levando a uma diminuição do efetivo, disponível para as operações e adestramento.

O ano de instrução do Sd EV, candidato a Sd Pqdt, é bem intenso. Suas atividades se iniciam antes mesmo da sua incorporação, com a Comissão de Seleção Complementar, onde são refeitos os testes físicos, inspeção de saúde, teste

intelectual, testes de salto da torre e outras atividades. Após sua incorporação ocorre 1 março de cada ano, iniciando pelo período de internato, período este onde o novo Sd permanece no quartel durante a semana. Ressalta-se que na maioria dos quartéis do Brasil tem duração de 2 (duas) semanas, com expediente de segunda-feira a sexta-feira. Já na Bda Inf Pqdt esse mesmo período tem a duração de 4 (quatro) semanas, com expediente de segunda-feira a sábado. Cabe ainda ressaltar que as atividades diárias neste período duram de 0600h às 2100h.

O ano de instrução se divide em três períodos: Período de Instrução Individual Básica, Instrução de Qualificação e Período de Adestramento, comum a todas unidades operacionais do Exército. Porém, na Bda Inf Pqdt contamos ainda com o Período de Formação Básica, com duração de 3 (três) semanas, onde o recruta aprende todas as técnicas e procedimentos do salto de aeronave militar. Tal período conta com um efetivo de oficiais e sargentos possuidores do curso de Mestre de Salto, além dos instrutores e monitores que constituem as suas respectivas frações, corroborando assim com a diminuição de efetivo para as atividades de adestramento e para as operações.

Além disso, durante a Intervenção Federal, as operações tiveram que ser realizadas com o efetivo determinado pelo Escalão Superior, que no caso foram um Comando e seu Estado-Maior, 2 (duas) Subunidades como peça de manobra e 1(uma) Subunidade de apoio ao combate, sendo esta última baseada na Companhia de Comando e Apoio e, perfazendo um total de, aproximadamente, 300 militares.

Como havia a imposição acima descrita, a partir destes dados foram planejadas as demais atividades, obrigando a elencar uma ordem de prioridade já que não havia condições de se cumprir todas as missões em igualdade de condições, que pese toda a dedicação e empenho dos planejadores e executantes daquela Grande Unidade.

6 CONCLUSÃO

A influência da Intervenção Federal foi notória em vários setores do Exército Brasileiro, desde os mais altos escalões até a tropa, perpassando pelos níveis político, estratégico, operacional e tático da instituição. Na Brigada de Infantaria Pára-quedista, tal influência teve impacto direto em sua essência, que é o preparo para o emprego como tropa de valor estratégico.

A Brigada Infantaria Pára-quedista teve seu ano de instrução diretamente influenciado pela continuidade das operações realizadas pelo CCj. O fato de ser uma tropa especial a faz possuir uma grande quantidade de atividades voltadas para seu adestramento, que por si só, já torna o seu ano de instrução bem intenso, o que contempla o emprego de quase que a totalidade de seus integrantes nestas atividades.

Com base nas informações apresentadas, conclui-se que a utilização do Princípio de Guerra da Massa pelo CCj nas operações demandara o emprego de quase a totalidade dos militares profissionais das OM Pára-quedistas. Somado a isso, a imposição de efetivos mínimos nas peças de manobra por esse G Cmdo Operativo retirou a flexibilidade dos comandantes das GU/U, obrigando-os a destinar o mínimo necessário de militares para as atividades “vegetativas” obrigatórias, tais como: instrução de formação dos Sd EV, serviços de escala (internos e externos à OM), administração das unidades e manutenção das instalações dos aquartelamentos.

Além disso, as rotinas nas operações eram demasiadamente desgastantes para a tropa. Diferentemente dos modus operandi das Polícias, que trabalham em regime de escala, as tropas do Exército trabalhavam de forma contínua durante toda a operação, em ritmo diuturno, com pouquíssimas horas de descanso. Tal fato levava a um grande desgaste físico por parte dos militares empregados, sendo quase impositivo que ao término de cada operação a tropa fosse dispensada por 1(um) ou 2 (dois) dias para descanso. Desse modo, os tempos destinados ao adestramento naturalmente sofreram reduções.

Conclui-se ainda que, a imprevisibilidade das datas em que iriam ser realizadas as operações do CCj, devido a necessidade do sigilo, também comprometeram o cumprimento do planejamento das instruções por parte das GU/U. As atividades relacionadas ao adestramento das tropas Pára-quedistas exigem o uso de áreas

militares, devido à realização de atividades de risco tais como: tiros, uso de explosivos etc. Em muitas das vezes, o recebimento das missões do CCj coincidia com datas já reservadas junto a 3ª Seção da 1ª DE para o uso do campo de instrução, obrigado as unidades a cancelarem suas atividades, e na maioria dos casos, sem a possibilidade de remarcação.

Somando a isso, o fato da Brigada de Infantaria Pára-quedista não contar com 100% do seu efetivo de militares profissionais à impõe a formação anual de soldados do efetivo variável, que tem por objetivo completar seus claros. Fato que exige a destinação de militares do efetivo profissional para a condução desta formação, onerando a OM neste sentido, levando assim a diminuição do número de militares disponíveis para as missões advindas da Intervenção Federal. Motivo pelo qual impedia a realização de um rodízio de pessoal por ocasião do emprego nas operações e nas atividades relacionadas ao adestramento da tropa Pára-quedista. Cabe ressaltar que, em muitas das vezes, instrutores e comandantes das frações dos Soldados Recrutas eram sacados para comporem as forças de empregadas na Intervenção Federal, devido à falta de efetivo disponível, prejudicando também a formação dos recrutas.

Somado a isso, as atividades de OM aeroterrestres, pelas suas peculiaridades, exigem capacidades que as diferenciam de outras tropas vocacionadas para o combate convencional, tais como: a higidez física e o adestramento no salto de aeronave militar em voo. Em relação à higidez, esta foi extremamente prejudicada pela falta de rotina do treinamento físico militar, principalmente pela inviabilidade de sua realização durante as operações, levando a uma perda do preparo físico dos militares. A segunda capacidade supracitada era dificultada pela conciliação da disponibilidade de aeronaves por parte da FAB com a disponibilidade da tropa, diminuindo a frequência deste tipo de atividade.

Por fim, a Intervenção Federal foi o resultado de uma sucessão de erros na administração e condução política no estado do Rio de Janeiro, gerando uma grave crise financeira e um grande aumento da criminalidade, motivos que potencializaram a sensação de insegurança por parte da população carioca. Tal decreto possibilitou ao Estado do Rio de Janeiro reverter a situação de sucateamento em que se encontravam os órgãos de segurança pública, melhorando a sensação de segurança junto à população fluminense. Apesar de terem como base ações que reformularam

os processos de gestão e a desarticulação das facções criminosas, as causas do problema do estado carioca são bem maiores que isso, perpassando desde político e jurídicos até cultural por parte da população, o que se nos leva concluir que se o estado não se fizer presente como um todo na solução dos óbices, em nada adiantará.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação** – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação (ABNT NBR 6024:2003). Rio de Janeiro: ABNT, 2003. 3 p.

_____. **Informação e documentação** – referências – elaboração (ABNT NBR 6023:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002a. 24 p.

_____. **Informação e documentação** – trabalhos acadêmicos – apresentação (ABNT NBR 14724:2011). Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11 p. ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília/DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 02 nov. 2018.

_____, **Decreto da Intervenção Federal**. Decreto Nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2018

_____, **Decreto do emprego das Forças Armadas para a Garantia da lei e da Ordem**. Decreto S/Nº, de 28 de julho de 2017. Brasília/DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14485.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

_____, **Site da Brigada de Infantaria Pára-quedista**. Disponível em: <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/missao-visao-e-valores.html>>. Acesso em 3 de março de 2019.

_____, Exército, Brigada de Infantaria Pára-quedista. **Final de Missão Anexo A – Bda Inf Pqdt**: relatório. Rio de Janeiro, 2019.

_____, **Manual Doutrina de Operações Conjuntas**. Portaria Normativa Nº 3810/MD, de 08 de dezembro de 2011. MD 30-M-01. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md30_m_01_volume_1.pdf> Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

_____, Ministério da Defesa, Comando Conjunto. **Final de Missão**: relatório. Rio de Janeiro, 2019.

_____, **Orientações Gerais para o apoio das Forças Armadas ao Plano Nacional de Segurança Pública, fase Rio de Janeiro**. Diretriz Ministerial Nº 16, do Ministro da Defesa, de 02 de agosto de 2017, Brasília/DF, 2017. Disponível em:

<http://www.lex.com.br/legis_27480769_PORTARIA_N_2848_DE_21_DE_JULHO_DE_2017.aspx>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

_____, **Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal**. Portaria Normativa Nº 05/ Gabinete de Intervenção Federal (GIF), de 29 de maio de 2018. Rio de Janeiro/RJ, 2018. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/06/plano-estrategico-gif.pdf>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

_____, Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

_____, **Política Nacional de Inteligência (PNI)**. Decreto Nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8793.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

_____, Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

_____, Lei Complementar Nr 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>. Acesso em: 6 de março de 2019.